HISTORIADORES, ARQUIVISTAS E ARQUIVOS

MARCIA ECKERT MIRANDA*

De setores protegidos e conservados porque considerados propriedade do monarca e estratégicos à segurança do Estado e ao exercício do poder, os arquivos, ao longo dos anos, progressivamente passaram a ser valorizados enquanto patrimônio nacional, como depositários de fontes do conhecimento científico sobre o passado e como guardiões da memória institucional e coletiva. Assim, as formas como a sociedade pensou as instituições arquivísticas e seus acervos sofreram metamorfoses ao longo do tempo, transformações essas que se refletiram nas formas de atuação dos profissionais que interagem nessas instituições.

Ao longo do século XX, a Arquivologia afirmou-se enquanto disciplina autônoma, com princípios e metodologia próprias, ao mesmo tempo em que, a valorização da memória e as novas abordagens historiográficas estimularam o surgimento de outras instituições de custódia documental. A partir da década de 1980, os novos paradigmas da Arquivologia e o reconhecimento pela Unesco de que os arquivos são elemento do patrimônio cultural das nações estimulam a reflexão sobre o papel do historiador e do arquivista nas instituições de custódia e sobre os arquivos como espaço para o exercício da interdisciplinaridade.

O presente artigo busca, através da reflexão sobre a trajetória dessas instituições de custódia documental, discutir a trajetória da relação de arquivistas e historiadores, ressaltando a importância e as possibilidades do trabalho do historiador nessas instituições e seu papel frente ao patrimônio documental.

O passado mais remoto

De guardiões do passado e das informações estratégicas para a segurança militar, para a proteção e o desenvolvimento da atividade econômica e para o exercício do poder, os arquivos passaram a ser considerados, no final do século XVIII, como lugar de guarda de evidências e como patrimônio nacional disponível ao cidadão. Nessa

* Departamento de História. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora em Economia Aplicada/Unicamp.

transição, desenvolveram-se diversos movimentos: os primeiros passos da Arquivologia como disciplina, a valorização dos arquivos enquanto depositários do patrimônio nacional e como instituições-chave para se pensar o passado e o presente.

Em 1794, através do decreto de 25 de junho (Lei *Messidor*), o governo francês estabeleceu o direito de acesso de todos os cidadãos aos documentos custodiados pelos arquivos públicos. Buscando dar maior visibilidade a essas instituições, o governo revolucionário estabeleceu algumas diretrizes que foram marcantes no surgimento de princípios e métodos da Arquivologia. A Lei de 25 de junho de 1794 também estabeleceu a distinção entre os documentos relativos ao domínio nacional e à ordem judicial e aqueles relativos à história, à ciência e às artes; já a circular do Ministério do Interior de 24 de abril de 1841 determinou que a proveniência[1] deveria ser observada enquanto princípio norteador do arranjo da documentação nos arquivos franceses.

No entanto, como salienta Ketelaar (2007), a Revolução Francesa, apesar de estabelecer a patrimonialização e a nacionalização dos acervos documentais públicos e privados, não reconheceu os arquivos como patrimônio cultural. Por outro lado, ainda que o acesso aos documentos sob guarda do poder público tivesse sido legalmente franqueado aos cidadãos, os arquivos franceses continuaram a ser freqüentados prioritariamente por historiadores e por aqueles vinculados à administração (TOGNOLI, 2010). Ou seja, o caso francês demonstra que a "monumentalização"[2] dos arquivos e o reconhecimento da necessidade da sua preservação enquanto elemento para desenvolvimento da cultura e identidade nacionais foram resultados de um longo processo, no qual interagiram não apenas o Estado e a sociedade civil, mas também os profissionais da História e dos arquivos.

Ao longo do século XIX, os arquivos passaram a ser essencialmente instituições públicas dedicas à preservação do que hoje são considerados documentos de guarda permanente. Os historiadores passaram a valorizar essas fontes documentais como base para a determinação da verdade sobre o passado, atribuindo à História objetividade

[1] Seria a primeira determinação formal para que os profissionais de arquivo observassem o princípio da proveniência ou de respeito aos fundos no arranjo dos acervos. Segundo esse princípio, documentos produzidos por uma administração/entidade/pessoa/família devem ser mantidos separados daqueles produzidos por outras (Ver BELLOTTO, 2006, p. 130 e ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

[2] Falo monumentalização no sentido de uma instituição cuja função é ser a guardião da memória, através da custódia dos seus vestígios, no caso, os documentos considerados passíveis de guarda permanente (LE GOFF, 1996). Para uma crítica a essa concepção ver Lopez (1996), sobre a monumentalização no processo de produção de legados ver Heymann (2005).

científica, ou seja, os arquivos assumiram, para o historiador, o papel de "laboratório científico" (JIMERSON, 2008, p. 1). Sem que houvesse a distinção formal entre arquivistas e historiadores, nesse período, a organização dos acervos ainda era norteada pelo conteúdo dos documentos, seguindo critérios temáticos e/ou cronológicos, estratégia que visava atender aos interesses da pesquisa histórica (JEURGES, 2005). Assim, a influência do positivismo estimulou o surgimento dos chamados "arquivos históricos", enquanto depositários das fontes documentais que tornavam possível ao historiador o "exercício científico" do seu ofício. Foi justamente com o estabelecimento da distinção entre o chamado "documento histórico" e o "documento administrativo", que foram criadas as condições para o início do afastamento progressivo entre arquivistas e historiadores. Tendências essas que marcaram o século XX.

Do final do século XIX à II Guerra Mundial

O distanciamento entre esses profissionais ganhou impulso através de dois movimentos: o desenvolvimento da Arquivística e o surgimento de novas perspectivas historiográficas.

O *Manual para arranjo e descrição de arquivos*, de Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898, foi um marco no sentido da profissionalização dos arquivistas e do surgimento da Arquivologia enquanto disciplina. O "Manual Holandês" estabeleceu o respeito à proveniência e à ordem original,[3] como princípios norteadores para o arranjo de acervos documentais, sendo a pesquisa histórica um fator de segunda ordem.

Distanciamento esse ampliado pela publicação, em 1922, do *Manual de administração de arquivos* do inglês Sir Hilary Jenkinson (1882-1861). Considerando o arquivo uma evidência imparcial dos atos de seu produtor e subproduto natural da instituição produtora dos documentos, o arquivista, na concepção de Jenkinson, era um agente neutro e passivo, cuja função limitava-se à preservação dos documentos. Ainda que a crescente produção documental colocasse em evidência a questão da avaliação,[4]

[3] Afirma que a ordem estabelecida pela administração/entidade/pessoa/família produtora dos documentos deve ser preservado (Ver ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137).

[4] Inicialmente, para Jenkinson, todos os documentos deveriam ser preservados, no entanto, após o término da Primeira Guerra Mundial, esse arquivista reconheceu a necessidade da avaliação e, consequentemente, da eliminação de parte dos documentos produzidos.

para Jenkinson, essa era atribuição exclusiva do administrador/produtor (COOK, 1997, JIMERSON, 2008). Ao arquivista caberia essencialmente conservar aqueles documentos que o produtor havia destinado à preservação permanente, considerados valiosos para futuras pesquisas históricas. Assim, a Arquivologia colocava-se como disciplina auxiliar da História, ao lado da Diplomática e da Paleografia, responsável pelas técnicas de conservação das fontes para a pesquisa histórica.

Em paralelo à crescente profissionalização dos arquivistas, os historiadores eram instados pelo materialismo histórico a questionar a perspectiva elitista dos acervos arquivísticos; questionava-se a importância dos registros preservados, criticava-se seu caráter institucional. Apesar disso, a partir de 1929, sob a liderança de Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), a Escola dos *Annales* ampliou as perspectivas da pesquisa histórica, introduzindo novas abordagens, temporalidades e sujeitos. Foram os passos iniciais que levaram os historiadores a ampliar o conceito de documento, superando a exclusividade das fontes textuais, e a buscar suas fontes de pesquisa em outros "arquivos".

O pós-II Guerra

Os anos que se seguiram à II Guerra Mundial trouxeram outros desafios a arquivistas e historiadores, descortinaram novos usos para os documentos arquivísticos, obrigando a esses profissionais a repensar sua relação com as instituições de custódia e com a memória coletiva.

No pós-Guerra, a questão dos direitos humanos ganhou relevância, conferindo novo protagonismo aos arquivos enquanto ponto de partida para repensar o passado e para a garantia de direitos individuais e coletivos.

Em 1948, o artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas afirmou que toda a pessoa tem direito de "receber e transmitir informações e idéias", logo, o acesso às informações contidas nos documentos de arquivo era reconhecido com um direito universal. Essa perspectiva era alicerçada por uma nova consciência despertada pelos crimes contra a humanidade cometidos no conflito mundial. Conjuntos de documentos como os organizados no Gueto de Varsóvia entre 1940-1943, sob a coordenação do historiador Emanuel Ringelblum, tornaram-se fontes de informação sobre o cotidiano no Gueto, sobre a

opressão nazista e constituíram-se em importantes testemunhos sobre os crimes contra a humanidade cometidos pelas tropas nazistas na Polônia (KASSOW, 2009).[5] Os julgamentos de Nuremberg, ao utilizar documentos produzidos pelo Estado alemão e pelo Partido Nazista, explicitaram que os documentos de arquivo podem ter usos distintos daqueles para os quais foram criados, nesse caso, arquivos produzidos pelos órgãos e estruturas vinculadas à perseguição e ao extermínio de judeus e de outros grupos, agora serviam como prova dos crimes de guerra (QUINTANA, 2008).

O pós-guerra também provocou uma mudança no ritmo da produção de documentos, gerando a chamada "explosão documental". Fato que colocou em questão a gestão e a avaliação. Nos EUA, onde a ruptura entre documentos administrativos (*records)* e documentos históricos (*archives*), entre os profissionais de gestão de documentos (*records management*) e aqueles de arquivos (arquivistas) era muito clara, houve o esforço por parte da Comissão Hoover, em 1946, para superação dessa dicotomia. Assim, através da teoria das três idades,[6] o ciclo vital dos documentos foi analisado, esboçando-se um fluxo entre o arquivo corrente, intermediário e permanente (BELLOTTO, 2011). A avaliação dos documentos, etapa decisiva para viabilizar a sua passagem de um arquivo a outro, foi objeto do trabalho de Theodore R. Schellemberg (1903-1970), considerado o "pai da avaliação arquivística" nos EUA. Em *Arquivos Modernos: teoria e prática*, publicado em 1956, Schellemberg estabeleceu como critério norteador da avaliação o valor dos documentos. Enquanto o valor primário, associado ao valor jurídico, administrativo e fiscal, reflete a importância do documento para seu produtor; o valor secundário é associado aos interesses de outros usuários que utilizam os documentos como evidência/prova e fonte de informação (COOK, 1997). Ao contrário de Jenkinson, para Schellemberg, a avaliação documental, ou seja, aferição do valor dos documentos e a determinação dos prazos de guarda, de eliminação ou de recolhimento, era atribuição do arquivista. Passava-se a considerar que os documentos eram portadores de informações que poderiam interessar a diferentes públicos,

[5] Duas partes do arquivo *Oyneg Shabes* foram resgatadas em 1946 e em 1950 por três sobreviventes da equipe principal envolvido na sua constituição. Uma terceira parte do arquivos nunca foi localizada.

[6] Teoria segundo a qual os documentos são considerados de primeira, segunda ou terceira idade a partir da identificação de seus valores primário e secundário, sendo nos dois primeiros casos mantidos nos arquivos corrente ou intermediário em função da freqüência do seu uso pela entidade produtora. Já os documentos de terceira idade são recolhidos ao arquivo permanente ou histórico (Ver ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160).

assumindo usos distintos daqueles para os quais foram criados. Progressivamente, a avaliação documental passou a ser responsabilidade de uma equipe interdisciplinar composta por arquivistas, historiadores, administradores, advogados entre outros profissionais capazes de avaliar o potencial comprobatório e informativo dos documentos e verificar as implicações culturais, científicas, jurídicas e fiscais da sua preservação ou eliminação.

Nessa nova perspectiva, os documentos de um arquivo permanente seriam aqueles que "produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) passaram pelo processo de avaliação que aferiu seu valor secundário e que determinou seu recolhimento e guarda permanente. Neste arquivo, devem ser recolhidos os documentos considerados suporte da memória a ser preservada, os chamados "documentos históricos". Mas qual memória? Dentre os arquivistas, justificava-se a conservação dos documentos de caráter permanente, pois são relevante instrumento de auxílio à administração e, ao mesmo tempo, portadores da memória institucional. Esses profissionais ainda consideravam-se agentes passivos e neutros frente a essa memória e à sociedade. Já os historiadores cada vez mais ampliavam a busca das evidências do passado em outros suportes e "arquivos".

Na medida em que a Arquivologia buscava uma definição dos critérios "técnicos" para determinar quais os documentos eram considerados merecedores de guarda permanente, nos anos de 1970, a terceira geração dos *Analles*, a partir da obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, colocaram aos historiadores "novos objetos, novas abordagens e novos problemas".[7] A Nova História introduziu outras concepções de documento e novos métodos para lidar com essa perspectiva ampliada, possibilitando um diálogo mais profundo com as ciências sociais, das quais adotam instrumentos e abordagens teóricas (BOUTIER, 1998). Os historiadores redescobriram os acervos de museus e bibliotecas, passaram a valorizar as paisagens e outras fontes de informação. Ao mesmo tempo em que outros "arquivos" eram visitados, o historiador passava a olhar os documentos dos tradicionais arquivos históricos com novas indagações,

[7] Refiro-me aos três volumes do *Faire de l'histoire*, publicados em português sob o título: *História: novos objetos; História: novas abordagens* e *História: novos problemas*, todos pela Livraria Francis Alves Editora nos anos de 1980.

buscando novas questões, valorizando outros agentes, ouvindo outras vozes (FARGE, 2009). Por outro lado, uso dos computadores possibilitou aos historiadores trabalhar com um volume expressivo de documentos, dando impulso à história quantitativa. Nesse sentido, o caráter inerentemente serial dos documentos de arquivo passou a ser um aspecto valorizado por aqueles que buscavam evidências quantificáveis (LE GOFF, 1996).

Essas novas perspectivas foram acompanhadas pelas instituições arquivísticas na medida em que a revolução tecnológica as obrigou a trabalhar com documentos de diferentes suportes e linguagens variadas (LOPEZ, 1996). Mas, como salientou Paiva (2008), essas novas perspectivas historiográficas também estimularam o surgimento de outras instituições de memória. Esses novos espaços, além das demandas dos historiadores, também respondiam a uma crescente valorização da memória coletiva. Essa memória assumia o caráter de uma "memória arquivística" que ganhou forma através de seus vestígios materiais; era "uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela" (NORA, 1997, p. 15). Esses novos "arquivos" distinguiam-se daqueles pré-existentes, vinculados a uma instituição e cujo acervo era constituído através da acumulação dos documentos por ela produzidos. Esses centros memória também produziam documentos (especialmente através dos projetos de memória oral), mas eram essencialmente instituições colecionadoras, formando e custodiando coleções de documentos em diferentes suportes. Por outro lado, em decorrência das temáticas diversas da pesquisa histórica, tornou-se usual que essas novas instituições passassem a custodiar acervos de pessoas, famílias e instituições que não integravam a máquina administrativa do Estado, tais como sindicados, partidos políticos, cooperativas, associações culturais, etc., ou seja, arquivos e coleções que eram vestígios da memória de diferentes seguimentos da sociedade que não o estatal. No caso dos centros de memória vinculados às universidades, a crescente valorização de temáticas como a história do ensino, da saúde, da alimentação, etc. colocaram em evidência a importância de acervos documentais que, apesar de serem produzidos pelo poder público, não eram usualmente considerados significativos para a sua "memória institucional", ficando à margem dos processos de avaliação e guarda permanente por arquivos públicos, mas cujos documentos eram produzidos pelas instituições mais próximas dos cidadãos, tais como as escolas, os postos de saúde, os hospitais, etc.

Conforme Zélia Silva (1999, p. 87), o surgimento dessas novas instituições de custódia documental:

> ... traduzia uma outra visão sobre esse patrimônio, não importando que os referidos acervos fossem constitutivos de experiências diversas de homens e mulheres – portadores de sonhos, desejos, indignações, revoltas e atos vis – que se processaram ao longo do tempo, compondo uma espécie de caleidoscópio da memória coletiva do próprio país, em suas múltiplas dimensões.

A proliferação desses centros de memória ampliou as perspectivas de trabalho do historiador. Antes confinados à sala de pesquisa, os historiadores, que pouco questionavam o processo de formação dos acervos permanentes dos arquivos, passaram a ter papel ativo na produção, organização e conservação de acervos e a refletir sobre o acesso a essas informações. A ampliação do que passou a ser considerado "documento" pelo historiador obrigou-o a refletir sobre suas fontes e convidou-o a reconstruir o diálogo com as disciplinas da Ciência da Informação, especialmente com a Arquivologia, a Museologia e a Informática.

Para a Arquivologia, a difusão de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e as concepções pós-modernas também trouxeram novas possibilidades e metodologias e impuseram novos desafios. O avanço tecnológico acelerou a produção de documentos, promoveu a diversificação de suportes e de linguagens, criou novas estratégias para manipulação e armazenamento de grandes volumes de informações, mas tornou obsoletas antigas concepções. As instituições produtoras de documentos se tornaram mais fluidas, rompendo com os padrões rígidos e hierárquicos do passado; a produção de documentos passou a ser um processo complexo, envolvendo diversos produtores.

A perspectiva pós-moderna, desenvolvida pela arquivologia canadense e em especial por Terry Cook (1991), colocou em debate a necessidade da mudança da postura dos arquivistas frente aos arquivos, ao documento e à memória. Considerando a não neutralidade do documento, valorizando o contexto frente ao texto, as relações de poder, os significados e a necessidade de desnaturalizar tudo que era tomado como natural, Cook afirma que esse nova perspectiva leva aos arquivistas:

> ... a questionar cinco mitos centrais, ou tradições, de sua profissão: 1) o de que os arquivistas são guardiões neutros, imparciais da "Verdade", para usar as próprias palavras de Jenkinson; 2) o de que os arquivos, como documentos *e* como instituições, são subprodutos desinteressados das ações e administrações; 3) o de que a proveniência tem raízes em um único órgão

> de origem ou transmissão, em vez de em um processo de criação; 4) o de que a "ordem" imposta aos arquivos por meio do arranjo e descrição arquivísticos – para não falarmos da avaliação! – é uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior; e 5) o de que a arquivística é uma ciência – pelo menos uma "ciência" como esse termo é tradicionalmente concebido e utilizado pelos arquivistas, produto da idade do racionalismo científico (1998, p 141).

Assim, esse novo contexto suscitou o questionamento dos princípios basilares da Arquivologia, a novas reflexões sobre o papel do arquivista frente seu objeto e à memória coletiva, a repensar o conceito de documento arquivístico e de originalidade (JEURGES, 2005).

Desse modo, nos anos de 1980, principalmente no Canadá e na Austrália, teve início o questionamento da validade contemporânea dos postulados de Jenkinson e Schellemberg.[8] Abandonando a abordagem jenksoniana, os arquivistas reconheceram que não são agentes passivos frente ao processo de produção e preservação documental e tornaram-se conscientes do poder que os arquivos envolvem. Poder que, segundo Jimerson (2008), é exercido em três aspectos essenciais: a autoridade/controle sobre uma fração da memória coletiva, o controle sobre a preservação dos registros e sobre a mediação entre os documentos e usuários.

O avanço das novas tecnologias levou os arquivistas a repensar os princípios que norteavam seu trabalho, agora considerados incapazes de dar conta da nova realidade do processo de produção documental. Os princípios da proveniência e da ordem original ganharam novos sentidos, associados à compreensão do processo de produção documental e aos usos desses documentos (TOGNOLI, 2010).

A produção crescente de documentos digitais e os novos mecanismos de armazenamento contribuíram para que a própria concepção de arquivo como instituição ganhasse uma nova dimensão. Esse deixou de ser limitado a um espaço físico, mas associado também aos recursos tecnológicos através dos quais os usuários buscam informações; o enfoque do trabalho arquivístico ultrapassou os limites da custódia física dos documentos para o controle e os mecanismos de acesso à informação (SANTANA, 2009). Da construção desse novo paradigma, a Arquivística canadense passou a trabalhar na perspectiva dos "arquivos totais" que integram não apenas os arquivos de instituições públicas, mas também os arquivos institucionais privados e os arquivos

[8] Sobre a influência canadense na Arquivologia contemporânea, especialmente a denominada Arquivística Pós-Moderna ou Funcional, ver TOGNOLI (2010).

pessoais na busca da constituição de acervos que refletissem a diversidade de agentes sociais; nessa proposta, superava-se a distinção entre os arquivos administrativos (intermediário e corrente) e o arquivo histórico, entre os arquivos do poder público e os arquivos privados:[9]

> No Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos. Em resumo, a tradição de "arquivos totais" canadenses está mais voltada para os arquivos de *governança* que para os arquivos do *governo*. Arquivos de "governança" incluem os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto incluem os documentos das estruturas de governo e de seus burocratas voltados para dentro (COOK, 1998, p. 143).

Nesta perspectiva ampliada, segundo Cook (1998), os arquivos contemporâneos são templos da memória. Assim, tornou-se necessário que os arquivistas assumissem que a avaliação documental não é neutra e que tem implicações sobre o conhecimento que o futuro sobre o passado (JIMERSON, 2008). Nesse novo paradigma, concebendo-se o arquivo como reflexo da sociedade, cabendo a esta a seleção dos documentos considerados de valor secundário. Nesse sentido, os arquivistas canadenses propõem a macroavaliação funcional-estrutural, cujo critério norteador seja o contexto sócio-cultural da produção documental, ou seja, as funções dos produtores dos documentos e como esses interagem com a sociedade. Os documentos passam a ser considerados como formas narrativas que envolvem alguma poder e manipulação, assim,

> ... devem ser selecionados e avaliados com base na narratividade contextual de criação, ao invés do conteúdo, englobando tanto os documentos que representam a voz dos poderosos, como os que representam a voz do marginalizados" (TOGNOLI, 2010, p. 77).

Para esse desvio do foco para o contexto de produção, algo que Ketelaar chamou de "arquivização", torna-se necessário analisar os fatores sociais e culturais, assim como os valores da sociedade que produz documentos (JEURGES, 2005). Assim, avaliação documental requer outros conhecimentos, tais como a história das funções, das estruturas, dos documentos, do sistema de custódia e das práticas dos produtores de documentos.

A despeito da reafirmação da profissão de arquivista e no âmbito desses novos questionamentos e do surgimento de um novo paradigma, há o reconhecimento que o

[9] Para uma análise da origem e debates sobre e mudanças do conceito de Arquivos Totais e a questão das identidades regionais no Canadá, ver TOGNOLI (2010).

estudo da História é condição para o trabalho em arquivos, não apenas através da história administrativa das instituições, mas para a compreensão do contexto de produção e para a avaliação documental. Ainda que a História não seja a única fonte do trabalho arquivístico, reconhece-se que o "archival work is driven by an overriding historical imperative" (NESMITH, 2004, p. 5).

O crescente interesse da sociedade pela memória, além de obrigar a Arquivística a superar a visão do documento como evidência imparcial e a desnaturalizar as concepção de produção, acumulação e avaliação documental, também ampliou as expectativas da sociedade com relação aos arquivos e ao trabalho do arquivista (NESMITH, 2004). Assumindo que as atividades de avaliação, arranjo e descrição documental não são neutras, os arquivistas tornaram-se conscientes que tem um papel ativo na construção da herança documental de uma coletividade. Esse novo momento aproxima a Arquivologia de questões já colocadas pela História, estimulando o diálogo entre arquivistas e historiadores, ampliando a importância de interdisciplinaridade no trabalho nessas instituições.

No que diz respeito à História, a aproximação se deve não apenas ao fato de que os historiadores fazem uso dos arquivos, mas porque, sem compreender a origem e a forma como são disponibilizados os documentos, estes profissionais não são capazes de entender o que estão observando através dessas fontes (JEURGES,2005). Mais do que referências em notas de rodapé em seus trabalhos, cabe ao historiador refletir sobre suas fontes documentais, não apenas quanto ao seu potencial informativo, mas também sobre os processos de sua constituição enquanto documentos permanentes. Por outro lado, cabe-lhe tomar parte ativa nesse processo, abandonando a postura que deixa a cargo do arquivista a definição do que é a "memória historicizável" (HEYMANN, 1997).

Esses novos questionamentos vêm ao encontro das mudanças vivenciadas na relação entre a sociedade e os arquivos. A valorização da memória individual e coletiva, em diferentes partes do mundo, está associada à crescente consciência de que os arquivos são espaço de poder e conflito e que a preservação permanente de alguns fundos, grupos ou séries documentais é requisito para o exercício da cidadania e para o direito de saber.

Não por coincidência que, nos anos de 1980, a Unesco tenha reconhecido a importância dos acervos arquivísticos para a pesquisa científica, para o

desenvolvimento econômico e social, para a garantia de direitos e responsabilidades de indivíduos, de organizações e do Estado, e como elementos indispensáveis para o desenvolvimento da cultura e da identidade nacional. Ou seja, segundo a UNESCO, os acervos arquivísticos são parte do patrimônio cultural dos Estados Nacionais (RHOADS, 1983; KETELAAR, 2007). A relação entre os arquivos e a sociedade encontra-se em uma nova fase, em que a preservação e o acesso são temas centrais. A questão do acesso à informação arquivística dinamiza um intenso debate, expondo a relação entre as condições de acesso e o exercício da cidadania, entre a preservação da democracia e a transparência administrativa.

Foi justamente a partir das últimas décadas do século XX, com a dissolução do bloco soviético, a redemocratização de diversos países e o fim do *Apartheid* na África do Sul que se colocou em evidência a importância da preservação dos arquivos das instituições de repressão e aqueles sobre a atividade repressiva do Estado[10] como garantia de direitos individuais e coletivos. O direito de saber e o direito à memória coletiva, garantias para o conhecimento da verdade e para impedir o revisionismo e o negacionismo sobre os acontecimentos do passado, pautam os esforços das associações de direitos humanos em diversos países, da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) no sentido de resgatar, preservar e tornar acessíveis esses documentos (QUINTELA, 2008).

Nesse movimento, os arquivos ganham novos contornos, passam a ser vistos como espaços de poder e disputa, como espaços dinâmicos, cujos documentos tem diversos usos potenciais, sendo valorizados e revalorizados pela sociedade num processo dinâmico. Considerando as abordagens da Arquivologia, as novas relações entre a sociedade e os arquivos e o papel dos historiadores na criação de novas instituições de custódia e na valorização de acervos documentais de outros atores, coloca-se em evidência que as instituições de custódia documental são espaços de trabalho interdisciplinar, responsáveis coletivamente pela preservação do patrimônio documental comum.

[10] Sobre a distinção entre os arquivos da repressão e os arquivos sobre repressão ver CATELA (2002).

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes:* tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos**.** In: SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado/Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *I Ciclo de palestras sobre arquivos e gestão documental:* aperfeiçoamento e atualização profissional. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2011.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos:* campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp. 21-61.

BOUTRY, Philippe. Certezas e descaminhos da razão histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos:* campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp. 65-77.

CARBONE, Salvatore. História e Arquivística**.** *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. Brasília, n. 11, v. 1, jan./jun. 1983. pp. 45-53.

CATELA, Ludimila da Silva. Territórios de memória política. Los archivos de la represión em Brasil. In: CATELA, ludimila da Silva; JELIN, Elizabeth (org.). *Los archivos de la represión*: documentos, memória y verdad. Madri: Siglo Veintiuno, 2002. pp. 15-84.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*. n. 21, v. 1, 1998. pp. 129-149.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria.* N. 43, spring, 1997. pp. 17-63.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

HEYMANN, Luciana. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexes acerca da produção de "legados". Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <http://cpedoc.fgv.com.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 11/06/2009.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 2, 1995. pp. 1-13.

JEURSGES, Charles. Historians and Archivists: two disciplines working with the same papers. (transcrição de discurso. Maio, 2005). Disponível em: <palimpsest.fisip.unair.ac.id/images/pdf/Jeurgens.pdf>. Acesso em: 23/02/2011.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: The Importance of Archives in Society. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, XV. *Anais…*Goiânia: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008. pp. 1-18.

Kassow, Samuel D. *Quem escreverá nossa história?* os arquivos secretos do gueto de Varsóvia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KETELAAR, Eric. Moniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. n. 4, v. 7, spring, 2007. pp. 343-357.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história*: teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996. pp. 15-36

NESMITH, Tom. What's history got to do with it? reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*, n. 57, spring, 2004. pp. 1-27.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez., 1993. pp. 7-28.

PAIVA, Odair da Cruz. A invenção do arquivo histórico e os embates a cerca da memória. In: Congresso Internacional da ABRALIC, 11, 2008, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2008.

Quintana, Antonio González. *Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos*. Santiago de Compostela: Fundación 10 de Marzo, 2009.

RHOADS, James B. *The role of archives and records management in national information systems: a RAMP Study***.** Paris: UNESCO, 1983.

SANTANA, Yanara Dorado; MUGICA, Mayara M. Mena. Evolución de la ciencia archivística. *Acimed*, Havana, n. 1, v. 20, jul. 2009. pp.1-16.

SILVA, Zélia Lopes da. O centro de documentação e apoio à pesquisa, um Centro de "Memória" Local? In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória.* Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. pp. 85-95.

SILVA, Zélia Lopes da. Os centros de documentação das universidades, tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória.* Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. pp.49-63.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. *A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Arquivística Pós-Moderna, Diplomática Arquivística e Arquivística Integrada: novas abordagens de organização para a construção de uma disciplina contemporânea. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XV. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010.